**DECRETO Nº 2.376 de 25 de maio de 2023.**

**REGULAMENTA DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS AGENTES PÚBLICOS QUE ATUARÃO DIRETAMENTE NO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À EXECUÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ – SC.**

O Prefeito Municipal de Jaborá - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 102, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto no art. 1º, § 2º da Lei 14.133/2021;

***Considerando*** *a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);*
***Considerando*** *que o Capítulo IV do Título I da referida lei, composto pelos arts. 7º ao 10, dispõe sobre os Agentes Públicos para desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos;*
***Considerando*** *que o art. 7º da referida lei dispõe sobre os* ***requisitos*** *dos agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos;*
***Considerando*** *que o art. 8º da referida lei dispõe, no § 3º, a necessidade de* ***regulamentar a atuação e funcionamento*** *dos agentes públicos que trabalharão diretamente no desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos;*
***Considerando*** *que os art. 9º, art. 14, IV, art. 48, parágrafo único e art. 122, § 3º da referida lei dispõe sobre as* ***vedações*** *ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos;*
***Considerando*** *que o art. 10 da referida lei dispõe sobre a possibilidade de a* ***advocacia pública promover a representação judicial ou extrajudicial do agente público*** *que tiver que se defender em razão de ato praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico elaborado na forma do § 1º do art. 53 da mesma lei;*

**DECRETA:**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta disposições gerais sobre os agentes públicos que atuarão diretamente no desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos, pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 2º** Os agentes públicos referidos neste Decreto são, em especial:
**I -** Agente de Contratação/Pregoeiro;
**II -** Servidores que compõem a Comissão de Contratação;
**III -** Servidores que compõem a Equipe de Apoio;

**IV -** Gestor de Contrato;
**V -** Fiscal de Contrato.
**Parágrafo único.** Os agentes públicos que exercerão as funções mencionadas nos incisos do *caput* serão designados em ato legal da autoridade competente.

**Art. 3º** O agente de contratação ou à Comissão de contratação preencherão os seguintes **requisitos**:
**I -** Ser preferencialmente servidor efetivo ou empregado público do quadro permanente da Administração Pública;
**II -** Tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e
**III -** Não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
**§ 1º** Em observação ao **princípio da segregação de funções**, é vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.
**§ 2º** O disposto no *caput* e no § 1º deste artigo também se aplica aos **órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno** da Administração.
**§ 3º** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato **agente público da Prefeitura de Jaborá,** devendo ser observadas as situações que possa configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
**§ 4º** No caso de municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes, o art. 176 prevê que os requisitos previstos no inciso I do art. 3º deste decreto somente serão obrigatórios após 6 (seis) anos, contados da data de publicação da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Dessa forma, no âmbito deste município, o agente de contratação, durante o prazo mencionado, não precisará ser ocupante de cargo efetivo ou empregado público do quadro permanente da Administração Pública.

**Art. 4º** É **proibido** aos agentes públicos, ressalvados os casos previstos em lei:
**I -** Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
**a)** Comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
**b)** Estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
**c)** Sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
**II -** Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;
**III -** Opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei;

**IV -** Participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
**V -** Ter vínculo, com quem disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, sendo tal vedação estendida no caso de o vínculo ser com cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do agente público;
**VI -** Ter cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, contratado pela empresa contratada pela Administração Pública durante a vigência do contrato;
**VII -** Ter vínculo, com quem for subcontratado, de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, sendo tal vedação estendida no caso de o vínculo ser com cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, do agente público.
**Parágrafo único.** As vedações de que trata este artigo **estendem-se a terceiro** que auxilie a condução da contratação na qualidade de profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**Art. 5º** A licitação será conduzida por **agente de contratação,** pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para conduzir processo licitatório.
**§ 1º** Conduzirá as modalidades:
**I -** Concorrência;
**II -** Concurso;
**III -** Pregão.
**§ 2º** Em licitação na modalidade pregão, o agente de contratação, responsável pela condução do certame, e será designado como **pregoeiro.**
**§ 3º** Tem como obrigações:
**I -** Tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;
**II -** Negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado e também com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, **devendo** a negociação, depois de concluída, ter seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
**§ 3º** O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.
**§ 4º** Responderá **individualmente** pelos atos que praticar, **salvo** quando induzido a erro pela atuação da Equipe de Apoio.
**§ 5º** Em licitação que envolva **bens ou serviços especiais**:
**I - Poderá**, a critério da Autoridade Competente, ser substituído por Comissão de Contratação;

**II -** Cujo objeto não seja rotineiramente contratado pelo Poder Público Municipal, **poderá** contar com serviço de empresa ou de profissional especializado, devidamente contratada pela Administração Pública, para assessoria na condução da licitação.
**§ 6º Poderá** contar com o apoio do Setor Jurídico e do Controle Interno.

**Art. 6º Comissão de Contratação** é o conjunto de, **no mínimo, 3 (três)** servidores indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, para conduzir processo licitatório.
**§ 1º** Conduzirá as modalidades:
**I -** Diálogo Competitivo, **devendo** a composição da comissão ser de **pelo menos 3 (três)** servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, **admitida** a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão;
**II -** Concorrência e Concurso **apenas no caso de substituição** ao Agente de Contratação em licitações que envolvam **bens ou serviços especiais**, sendo a substituição a critério do Prefeito.
**§ 2º** Tem como obrigações:
**I -** Receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;
**II -** Negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado e também com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, **devendo** a negociação, depois de concluída, ter seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
**§ 3º** Os membros da Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, **ressalvado** o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.
**§ 4º** Em licitação que envolva **bens ou serviços especiais**, cujo objeto não seja rotineiramente contratado pelo Poder Público Municipal, **poderá** contar com serviço de empresa ou de profissional especializado, devidamente contratada pela Administração Pública, para assessoria na condução da licitação.
**§ 5º Poderá** contar com o apoio do Setor Jurídico e do Controle Interno.

**Art. 7º Gestor de Contrato** é a pessoa designada pela autoridade competente para gerir os contratos administrativos.
**§ 1º** Tem como obrigações mínimas, sem prejuízo de outras correlatas:
**I -** Seguir o Edital quanto às regras relativas à gestão do contrato;
**II -** Seguir o modelo de gestão previsto no contrato administrativo, quando houver;
**III -** Sugerir as providências cabíveis para o bom andamento e execução do contrato;
**IV -** Entrar em contato com o Contratado, quando necessário, para resolver questões relativas ao contrato administrativo, inclusive a quanto à solicitação de documentos regulares e válidos;
**V -** Gerir as datas estabelecidas pela Administração Pública em edital e contrato, tanto em relação à vigência do contrato quanto em relação ao prazo da execução do objeto;
**VI -** Verificar e sugerir, em consonância com a fiscalização, a necessidade de termos aditivos.
**§ 2º** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021

poderão participar no **apoio** das atividades de gestão do contrato, sempre com supervisão do Gestor de Contrato.
**§ 3º Poderá** contar com o apoio do Setor Jurídico e do Controle Interno.

**Art. 8º Fiscal do Contrato** é a pessoa designada pela autoridade competente de acordo com o objeto contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.
**§ 1º** Tem como obrigações mínimas, sem prejuízo de outras correlatas:
**I -** Seguir o Termo de Referência sobre como a execução do objeto deve ser acompanhada e fiscalizada;
**II -** Seguir o Projeto Básico quanto às normas de fiscalização do objeto a serem seguidas;
**III -** Seguir o Edital quanto às regras relativas à fiscalização;
**IV -** Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
**V -** Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
**VI -** Nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deve fiscalizar a distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados pelo contratado, podendo a Administração responder solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado;
**VII -** Receber o objeto do contrato provisoriamente:

**a) Obras e serviços**: mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

**b) Compras**: com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

**§ 2º** Para a fiscalização, **poderá** ser nomeado um ou mais servidores.
**§ 3º** A Administração Pública **poderá** contratar terceiros para assistir e subsidiar o(s) fiscal(is) dos contratos, devendo ser observadas as seguintes regras:
**I -** A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e **não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato**;
**II -** A contratação de terceiros **não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato**, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.
**§ 4º Poderá** contar com o apoio do Setor Jurídico e do Controle Interno, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**Art. 9º** Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos ao art. 72, 74 e 75 da citada lei.

**Art. 10º** Se os agentes públicos precisarem defender-se nas esferas administrativa, controladora ou judicial em razão de ato praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico elaborado na forma do § 1º do art. 53 da Lei Federal nº

14.133/2021, **a advocacia pública promoverá, a critério do agente público, sua representação judicial ou extrajudicial**.
**§ 1º** Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo quando provas da prática de atos ilícitos dolosos constarem nos autos do processo administrativo ou judicial.
**§ 2º** Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo inclusive na hipótese de o agente público não mais ocupar o cargo, emprego ou função em que foi praticado o ato questionado.

**Art. 11º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, Jaborá – SC, em 25 de maio de 2023.

**CLEVSON RODRIGO FREITAS**
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 25 de maio de 2023.

**ADRIEL VITORINO MATIOLO**
Diretor Geral de Patrimônio, Licitações e Contratos